

Centro prova que controla Congresso

REJANE DE OLIVEIRA

A votação do pacote econômico no Congresso comprovou o parecer dos analistas políticos sobre as últimas eleições: com o encolhimento dos extremos ideológicos, o centro passaria a dominar o plenário. Na semana passada, este centro mostrou finalmente a sua forma: Trata-se de um corpo siamês, cujas cabeças atendem pelas siglas PMDB e PSDB.

“Voltamos a ser o eixo das discussões no Congresso”, comemorava o senador Fernando Henrique Cardoso (SP), líder dos **tucanos** no Senado, durante a votação da política salarial. “PMDB e PSDB têm força da gravidade suficiente para fazer entendimentos sustentáveis, à esquerda e à direita”.

O deputado Genebaldo Correia (BA), líder do PMDB na Câmara, estava exultante após as votações porque a bancada votara fechada, contrariando o estilo saco-de-gatos que já é uma tradição no partido. “Antes ninguém conhecia direito a posição do PMDB. Agora as coisas estão claras: no interesse do País, estamos dispostos a negociar com quem quer que seja”.

Na votação da Medida Provisória 294, que desindexou a economia, os dois partidos da chamada oposição moderada uniram-se à esquerda para infligir importantes derrotas ao Governo. Na política salarial, a aliança foi com o bloco do Planalto e houve um momento em que os siameses chegaram a separar-se: o PSDB juntou-se ao PT para tentar elevar o salário mínimo. “Foi o PMDB que nos salvou”, constata o senador Ney Maranhão (PRN-PE), vice-líder de Collor no Senado.

BLOCO DA SOLIDÃO

A ascensão dos moderados no plenário do Congresso está diretamente relacionada com o esfacelamento do bloco que deveria dar sustentação ao Governo. Em diversos momentos da votação do pacote, os líderes governistas vestiram a fantasia daquele personagem que comanda o bloco do eu-sozinho no Carnaval.

As dissidências mais ostensivas situam-se no PFL, o maior partido do bloco, onde a insatisfação com o tratamento que recebem do executivo já provoca baixas importantes entre os seus integrantes. No léque de legendas manores tradicionalmente governistas, a situação não é menos grave. O PDC e o PTB, por exemplo, estavam dispostos a contrariar a estratégia da liderança do Governo — de negar **quorum** em caso de aperto — durante as voações da política salarial. O PDS e o PTB colaboraram com as oposições para derrotar o Planalto em pelo menos dois destaques à MP 294.

“A fragilidade de sua base de sustentação parlamentar é que está determinando a nova conduta do Governo, mais flexível que no passado”, avalia o deputado Genebaldo Correia. “Parece que o Planalto está finalmente percebendo o tamanho do buraco e entendendo que não conseguirá governar sem o Congresso”, com-

pleta o senador Fenando Henrique.

Os líderes dos dois partidos estão convencidos de que não apoiaram o pacote de graça. “Conseguimos mudanças importantes, como o aumento do salário mínimo e a proteção da faixa salarial até Cr\$ 170 mil”, diz Fernando Henrique. “A vinculação dos salários à cesta básica é idéia do Congresso. Foi a primeira vez, ainda, que obtivemos do Governo o compromisso de não vetar o que aprovamos aqui”, festeja Genebaldo.

O deputado José Genoíno (SP), líder do PT na Câmara, tem uma visão diferente do episódio. Segundo ele, a oposição moderada votou com o Governo por medo do veto: “A estratégia correta era elevar o salário e depois arregimentar forças para derrubar o veto. Mas preferiram submeter-se à chantagem do Planalto e rachar de vez a unidade oposicionista”.

FATIADO

Unidade das oposições, a rigor, nunca existiu. Genebaldo Correia conta que sempre houve o entendimento tácito de que as legendas oposicionistas caminhariam juntas enquanto fosse possível um consenso geral. Eliminada esta possibilidade — o que aconteceu com a saída do PDT da mesa de negociações com o Governo — cada qual seguiria o próprio caminho.

“A esquerda empacou no salário mínimo de Cr\$ 25 mil e o PMDB preferiu assegurar alguma coisa concreta para o trabalhador. Um salário vetado de Cr\$ 25 mil é inferior aos Cr\$ 20 mil que obtivemos”, afirma o deputado Antônio Britto (PMDB-RS). “Nossa política agora é de resultados, como a do Antônio Medeiros”, completa o líder Genebaldo Correia.

Com a divisão nítida das oposições, o Congresso ficou agora fatiado em três grandes blocos: o das esquerdas, o dos governistas e o dos moderados. Dependendo da matéria em discussão, eles ainda correm o risco de se subdividir. Dos três, o das esquerdas é o mais homogêneo.

“A diferença está na palavra governabilidade, com a qual o PMDB e o PSDB se consideram comprometidos”, diz o senador Fernando Henrique. “A outra palavra-chave é credibilidade, sem a qual nada do que o Governo fizer vai funcionar”.

A governabilidade e a credibilidade, na opinião dos líderes moderados, dependem da participação do Congresso, até a semana passada o grande marginalizado das negociações em torno do chamado entendimento nacional. Uma das exigências para a aprovação do pacote foi a criação de um fórum de debates nacionais no âmbito do Legislativo, envolvendo trabalhadores, empresários e o próprio Governo. Na prática, é como se uma companhia de mudanças passasse pelo Ministério da Justiça e transferisse para o Congresso a comprida mesa em torno da qual tentou-se meses a fio estabelecer o pacto nacional.